

# **ASPECTOS INSTITUCIONAIS E REFERENCIAIS TEÓRICOS PARA A ANÁLISE DA AGRICULTURA FAMILIAR ARTICULADA AO COMPLEXO DO FUMO**

Rita Inês Pauli Prieb<sup>1</sup>

Pedro Ramos<sup>2</sup>

## **Resumo**

O artigo objetivou abordar os referenciais teóricos que auxiliam na compreensão e análise da problemática do preço e da comercialização do fumo em folha da Região Sul do Brasil. Foram enfatizados os aspectos institucionais das ações da agroindústria fumageira e da organização dos produtores de fumo. Partiu-se de uma síntese de um referencial teórico buscado na história do pensamento econômico, sobre formação de preços de diferentes bens numa economia capitalista, no curto e no longo prazo, destacando-se a distinção entre bens primários e bens industrializados. Passou-se, finalmente, para uma análise do processo de determinação de preços e de comercialização no complexo fumageiro, tendo em conta os agentes sociais envolvidos, as instituições e os mecanismos de que lançam mão na negociação que anualmente são estabelecidas. A análise se circunscreveu ao preço do fumo em folha, não se abordando a questão dos preços do cigarro tendo-se concluído que a instância principal de monitoramento dos custos de produção tem uma forte influência das empresas, as quais além do planejamento da produção lançam mão de mecanismos de manipulação de estoques.

**Palavras-chave:** preço, fumo, comercialização

## **Abstract**

---

<sup>1</sup> Professora/pesquisadora da Universidade Federal de Santa Maria/RS e doutora em Política Econômica pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

<sup>2</sup> Professor/pesquisador da Universidade Estadual de Campinas/ SP e doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

This paper is aimed to point the theoretical references in order to help in the analyses of the problematic of the price and the commercialization of the tobacco in the southern region of Brazil. The institutional aspects of the actions taken by de tobacco agro industry and the organization of the tobacco producers were emphasized. The synthesis starts from a theoretical referential based on the history of the economical thought, concerning mainly of the arrangement of the price of different primary assets in a capitalist economy, on short-run and long run times, emphasizing the distinction among primary assets and industrialized assets. Then, finally, it was analyzed the process of determination of the price and the commercialization of the tobacco complex, considering the social agents involved, the institutions and mechanisms that are annually established in the negotiation. This analysis is limited on the price of tobacco, disregarding the prices of cigarettes. It can be concluded that the main instance involved in monitoring the products costs has a strong influence of the enterprises, which besides of planning the production also use mechanisms to manipulate the product stored.

**Key words:** price, tobacco, commercialization

## 1.Introdução

É sabido que no país, desde 1918, a produção fumageira vinculou-se ao denominado complexo agroindustrial do fumo, o qual, se antes era caracterizado pelo predomínio do capital nacional, hoje é marcado pela presença esmagadora do capital estrangeiro, que através de diversos mecanismos está muito presente no campo, articulando os interesses que orientam a reprodução do complexo<sup>3</sup>

Nesse processo, a cultura do fumo foi também sendo submetida a um uso regular e crescente de insumos modernos. Isso significa que se ampliou a divisão do trabalho na cadeia que vai da produção ao consumo de fumo, o que é o mesmo que dizer que ocorreu uma ampliação do mercado, tal como pensou Adam Smith.

O resultado disto é óbvio: os preços e a comercialização dos bens envolvidos nessa cadeia tornaram-se cada vez mais importantes para determinar as possibilidades de ganho e mesmo de sustentação dos

---

<sup>3</sup> Ver Prieb, 1995.

diferentes agentes sociais que atuam no “interior” da cadeia ou do complexo.

Tendo em conta isso, o presente capítulo insere-se no contexto da reflexão sobre as especificidades dessa articulação e de ação dos atores institucionais e do comércio de bens produzidos sob condições diferentes e por distintos produtores. Está dividido em duas partes principais: uma em que se busca um rápido resgate teórico travado especialmente no âmbito da escola de Campinas sobre os Complexos agroindustriais e que considera também a organização e objetivos das instituições.

Em um segundo momento, busca-se, na história do pensamento econômico, o referencial teórico para o entendimento do processo de determinação de preços de diferentes bens. Essa parte culmina com uma discussão, considerando o caso do fumo em folha em seu período contemporâneo, destacando-se a preocupação com o processo de formação de seu preço e com os problemas vinculados à sua comercialização. Para o desenvolvimento desta parte, serão utilizados dados e informações de fontes secundárias, de fontes primárias, especialmente coletadas em entrevistas exploratórias com agentes isolados ou representantes de instituições da cadeia produtiva.

## **2. A problemática da formação de preços**

Esta parte do trabalho trata da problemática do preço e da comercialização do fumo em folha da Região Sul do Brasil. Para tanto, parte da síntese de um referencial teórico buscado na história do pensamento econômico, sobre formação de preços de diferentes bens numa economia capitalista, no curto e no longo prazo, destacando-se a distinção entre bens primários e bens industrializados. Na segunda parte, analisa-se o processo de determinação de preços e de comercialização no complexo fumageiro, com ênfase para o caso de uma região do Rio Grande do Sul, tendo em conta os agentes sociais envolvidos, as instituições e os mecanismos de que lançam mão na negociação que anualmente são estabelecidas.

### **2.1 comercialização e o preço do fumo em folha: Mecanismos, instituições e desempenho**

Como se sabe, foi Marshall quem restabeleceu a “ordem” no pensamento neoclássico quanto à compreensão sobre formação de preços. Até o advento de sua principal obra, era dominante a idéia de que os preços eram determinados exclusivamente pela demanda dos consumidores, a qual tinha como sustentação a noção do “valor utilidade”, conforme a contribuição de Jevons e de outros. Essa formulação tinha reconhecida motivação ideológica, já que buscava fugir da análise desenvolvida por Marx, no tocante à teoria do “valor trabalho”.

A contribuição de Marshall foi além, já que ele também lançou as bases para a constituição do ramo da microeconomia que passou a ser conhecido como “organização industrial”, que estuda as características da oferta de bens e serviços, com destaque para a estrutura de produção. Ele juntou isso à análise das características da demanda (necessidades, satisfação, elasticidade etc), dando origem à conhecida noção de “tesoura dos preços”. Assim, os manuais de microeconomia neoclássica destacam que os preços são determinados pela interação entre oferta e demanda – vale dizer, pelas estruturas de mercado.

O principal legado disto é que, em última instância, os preços da economia capitalista são vistos como “impessoais” e flexíveis, não dependendo de um agente isolado, e gravitam ou tendem a um “preço de equilíbrio”, o que significa a convergência dos desejos de compra e, portanto, das quantidades demandadas (motivadas pelas utilidades) e das decisões de produção ou das quantidades ofertadas (motivada pelo lucro). Como se percebe, essa elaboração teórica de Marshall lembra a metáfora smithiana da “mão invisível”, ainda mais quando se tem em conta que ela implica a aceitação dos pressupostos do “modelo de concorrência perfeita”, amplamente conhecidos.

Não é o caso de se tratar aqui o surgimento das críticas a este modelo e a construção de visões alternativas, as quais passaram a ser desenvolvidas a partir da década de 1920 e que ainda estão recebendo contribuições de economistas das mais diferentes matizes teóricas e mesmo ideológicas. Esse desenvolvimento deu origem às novas estruturas de mercado, batizadas genericamente de “mercados imperfeitos”, ou seja,

estruturas onde a produção/oferta e o consumo/demanda não são “impessoais”, mas que também não configuram situações de monopólio<sup>4</sup>.

Dessas contribuições, cumpre destacar algumas que trataram o problema da formação e do comportamento dos preços de mercados de bens agropecuários e daqueles que guardam relação direta com estes.

Uma conhecida intervenção nesse tema foi feita por Michal Kalecki<sup>5</sup>, que considerou os preços “determinados pelo custo” e os “determinados pela demanda”. Os primeiros são os bens industrializados (ou “acabados”), cuja produção é “elástica devido à existência de reservas de capacidade produtiva”, o que permite ajustes de curto prazo através de alterações no volume de produção, com o que seus preços “tendem a permanecer estáveis”. (Kalecki, 1976: 61).

Obviamente, no longo prazo, a variável fundamental é o investimento ou o acréscimo de capacidade produtiva, a qual, por ser geralmente planejada, faz com que, também neste período de tempo, a estabilidade seja dominante. Os preços que se encaixam na segunda categoria são os das matérias-primas, “inclusive produtos alimentícios”, ou seja, produtos agropecuários, cuja produção exige um “período de tempo relativamente grande para se conseguir um aumento da oferta”. De passagem, Kalecki observa que os movimentos dos preços de tais bens incluem influências advindas dos estoques e da especulação, o que dificulta o equilíbrio de curto prazo entre oferta e demanda. Não expande seus comentários e conclui a introdução do primeiro capítulo de seu livro com a observação de que ele “tratará principalmente do estudo da formação dos preços ‘determinados pelo custo’”. (Kalecki, 1976: 61).

Em seguida, Kalecki apresenta e desenvolve seu conhecido conceito de “grau de monopólio”, que está associado ao poder de fixação de preços pelas firmas oligopolistas, o que consolidou a idéia de que elas conseguem administrar preços estabelecendo uma margem ou porcentual (*mark-up*), acima de seus custos diretos de fabricação, mas que tem em conta também os preços dos concorrentes ou de “firmas que fabricam produtos similares” (Kalecki, 1976: 62).

---

<sup>4</sup> Uma rica análise da evolução do pensamento econômico entre 1926 e 1939 encontra-se em Shackle, 1991.

<sup>5</sup> Ver Kalecki M., 1976. A edição original em inglês é de 1954, mas a análise que se segue sobre preços já constava de *Studies in Economic Dynamics*, de 1943.

É fundamental destacar que Kalecki estabelece uma clara associação entre grau de monopolização e distribuição de renda, indicando que, quanto maior o poder de fixação e de defesa de preço pela firma, maior sua capacidade de reter ou de se apropriar de excedentes no processo de comercialização de sua produção. Assim, a partir da análise de Kalecki foi possível compreender a ocorrência de uma “transferência de renda” entre dois agentes sociais, especialmente quando um é produtor agrícola (cujo bem tem preço dependente da relação entre oferta e demanda) e outro é produtor industrial (cujo preço depende de seus custos e do grau de monopolização, o qual tem em conta também a negociação entre tais agentes, através de suas entidades representativas – sindicatos etc).

Essa análise permite uma analogia: pode-se falar também de um “grau de monopsonio”, ou seja, de uma medida que possa indicar a capacidade ou o poder que tem as firmas oligopsonistas de determinar ou influenciar os preços dos bens que adquirem, pressionando-os para baixo tanto quanto possível, tendo em conta suas necessidades (que dependem principalmente de seus estoques), e as necessidades dos poucos concorrentes que adquirem os mesmos bens. É evidente que, além de outros aspectos, o “grau de perecimento” do bem irá interferir na capacidade de negociação dos produtores agropecuários frente às firmas compradoras, especialmente quando não houver alternativas de comercialização (por exemplo, venda *in natura*).

Duas décadas depois, uma análise relativamente semelhante sobre formação de preços foi feita por John Hicks<sup>6</sup>. Referindo-se também a dois tipos de mercado, ele associa, genericamente, os preços industriais a preços rígidos, ou seja, estabelecidos pelos produtores.

Trata em seguida dos mercados especulativos ou com “preços flexíveis, nos quais os preços ainda são determinados pela lei da oferta e da demanda”(Hicks, 1978:25), mas não explicita se está pensando nos bens agropecuários.<sup>7</sup> Contudo, em um ensaio de 1977, Hicks adota uma posição

---

<sup>6</sup> Ver Hicks, J., 1987. Esta obra foi escrita em julho de 1973, a partir da revisão de palestras proferidas em Helsinque, em abril do mesmo ano. Contudo, alguns aspectos tratados nela já haviam sido antecipados em *Capital and Growth*, de 1965. Segundo Labini (1984:214), Kaldor também adotou esta “dicotomia de preço” em um artigo de 1976.

<sup>7</sup> Como visto, este segundo tipo de mercado corresponde ao que seria dominante no capitalismo, segundo análise de Marshall. Isso também marca a análise de Hicks em *Valor e Capital* (escrita

igual à de Kalecki, ao afirmar que, no curto prazo, temos “dois setores, um primário, em que os preços são determinados pela oferta e pela procura, e um setor secundário, em que os preços são determinados pelos custos”(Hicks, 1978:115/6).

Hicks parece considerar sua classificação de preços rígidos e flexíveis como “tipos ideais” (tal como pensou Weber), pois afirma que tanto uma teoria pura de preços rígidos como uma de preços flexíveis acabam não sendo “realistas”. Numa perspectiva keynesiana, ele quer, na verdade, chamar a atenção para o problema da especulação com estoques num e noutro mercado e conclui que “No mercado de preços rígidos, como vimos, os estoques reais podem ser maiores ou menores do que os desejados; no mercado de preços flexíveis, por outro lado, os estoques reais são sempre iguais aos desejados” (Hicks, 1978:26). Portanto, está querendo destacar que a manipulação de estoques neste último mercado é que determina, em última instância, a flexibilidade dos preços.

No início dos anos oitenta, um importante autor da teoria da organização industrial também mencionou a existência de “pelo menos duas categorias de mercados – matérias primas e manufaturados” (Labini, 1984:184), associando os primeiros a preços flexíveis e os segundos a preços rígidos, já que “Nos mercados de produtos da indústria de transformação, a demanda normalmente não tem efeitos diretos sobre os preços”.<sup>8</sup>

O que convém destacar da análise de Labini é que ele chamou a atenção para o fato de que “Na realidade, a proposição clássica de que, a longo prazo, em regime de concorrência, o preço depende do custo de produção, é sempre válida” (Labini 1984:189). Em outras palavras, o fator determinante do comportamento dos preços ao longo do processo de desenvolvimento de um país é, enfim, o custo de produção, tal como havia sido inicialmente pensado por Smith, Ricardo e Marx, que conferiam à demanda papel secundário, já que a acumulação de capital, a divisão do trabalho e o progresso tecnológico levariam a uma abundância de bens, com o que os preços teriam tendência à queda no longo prazo. Cabe

---

em 1938), na qual, embora admita que haja outros bens que possam ter preços rígidos, ele dedicou atenção apenas ao caso do salário como tal, seguindo o procedimento de Keynes.

<sup>8</sup> Labini considerou também uma forma alternativa de análise dos mercados, identificando “pelo menos cinco categorias: três mercados atacadistas (produtos agrícolas, minerais e industriais) e dois mercados varejistas (produtos agrícolas e industriais e serviços)”.(Labini, 1984).

distinguir a análise de Ricardo que, no caso dos bens agropecuários, acreditava numa tendência inversa, devido à decrescente disponibilidade de terras férteis e bem localizadas.

Essa breve revisão sobre a questão da formação de preços de diferentes bens na teoria econômica já basta para referenciar o estudo de caso que se segue<sup>9</sup>. Cabe explicitar as principais conclusões que ela permite.

A análise de curto prazo indica a existência de dois tipos de mercados ou de preços de bens: os bens com preços fixos/rígidos ou de bens industriais, onde a oferta assume papel central porque os ajustes com a demanda são feitos com a variação do grau de utilização da capacidade de produção instalada/planejada, com os estoques assumindo papel secundário, embora possam ser “maiores ou maiores do que os desejados”, o que acaba, em última instância, levando às tão conhecidas campanhas promocionais.

Já no caso dos bens com preços flexíveis ou primários, a demanda assume papel central e a adequação dela com a oferta dada/rígida é feita com base nos estoques planejados, os quais, se não impedem uma alta em momentos de escassez, agravam a baixa em momentos de abundância. Contudo, percebe-se que o controle da oferta é a variável chave para a retenção de ganhos, sendo que, no primeiro caso, isto é feito com base no planejamento da produção e, no segundo caso, lança-se mão do planejamento dos estoques.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> Poder-se-ia lançar mão de outros autores ou contribuições, mas o fato é que muito disto está incorporado nos livros-texto e nos manuais de organização industrial e/ou de microeconomia não ortodoxa. Entre os livros-texto, ver Possas, 1985; entre os manuais, ver Pinho & Vasconcellos (Orgs.), 2001. Uma análise dos mercados de “preços administrados” (ou fixos) e preços flexíveis encontra-se em Macedo & Silva, 1999:Cap. 4.

<sup>10</sup> Isso pode ser evidenciado a partir dos resultados da Assembléia Anual da Associação Internacional de Produtores de tabaco (ITGA), realizada em Santa Cruz do sul -RS, com representação de 16 países além do Brasil, responsáveis por 80% de todo o fumo comercializado no mundo. Nessa assembléia, Gralow afirmou ser importante a diminuição da produção brasileira, porque neste ano teria havido excesso de oferta do produto, o que teria resultado em preços abaixo dos esperados, relatou, também, que os estoques mundiais também estariam muito elevados, em torno de seis milhões de toneladas, assim sendo, as empresas estariam se sentindo confortáveis para não pagar melhor pela produção ao nível do produtor. (Gazeta Mercantil 3 a 5 de novembro de 2.000). Fica claro, portanto, que os estoques elevados implicam em uma melhor posição das empresas nas negociações, sendo que a queda de preços só pode ser amenizada caso ocorra uma redução da oferta do produto (Gazeta Mercantil 3 a 5 de novembro de 2.000).

Na análise de longo prazo, é inquestionável que os preços, sejam de bens agropecuários, sejam de bens industriais, dependem do comportamento dos custos. Aqui vale a “distinção tradicional (clássica ou marshalliana) entre indústrias com custos crescentes e decrescentes” (Hicks, 1978:115), entendendo-se aqui “indústrias” em sentido lato. A disponibilidade de recursos ou de fatores de produção e o progresso tecnológico é que vão determinar a tendência dos preços. Deve ser destacado que tal análise está referenciada numa situação de “economia fechada”, com população/demanda crescente.

Para concluir esta parte, são necessários dois outros breves comentários. Um aspecto que geralmente é menosprezado nas análises sobre formação dos preços de bens agropecuários é se ela embute ou não o ônus de se manter a propriedade da terra, ou seja, se os recursos imobilizados nisso apresentam um “custo de oportunidade”. Embora a posse/propriedade da terra por parte dos pequenos produtores seja algo que contém um significado ou uma importância que vai muito além de considerações meramente econômico/financeiras<sup>11</sup>, o fato é que isto deve ser tido em conta, principalmente devido as implicações sociais e ambientais envolvidas na problemática da estrutura fundiária de uma localidade, de uma região ou mesmo de um país.<sup>12</sup>

Há ainda um outro aspecto a considerar. Como se sabe, o estudo da agropecuária como setor isolado da economia capitalista foi substituído pela proposta analítica dos “complexos agroindustriais”. Isso se relaciona com o que foi aqui considerado no sentido de que os produtores agropecuários, no “interior” de tais complexos, deparam-se, via de regra, quando têm que adquirir insumos e máquinas, com setores industriais oligopolizados, e quando tem que comercializar suas produções, com oligopsonistas, sejam industriais, sejam intermediários ou outros agentes comerciais (redes de supermercados etc). Nesses dois processos de negociação, se a produção agropecuária é dominada por pequenos produtores, a sobrevivência destes “depende, em primeiro lugar, da sua capacidade de resistência – ou seja, do poder de barganha diante dos

---

<sup>11</sup> Ver sobre isso, Ramos, 2001.

<sup>12</sup> Como observou Graziano da Silva (1996:200): “Na formação dos preços dos produtos agrícolas é preciso considerar explicitamente a questão da renda da terra”. Este autor apresenta um tratamento da concepção e dos conceitos formulados por Hicks.

capitais com que interagem. Em suma, depende de lutas políticas em face do processo concentracionista” (Ramos, 1999:199).

Portanto, mais do que determinantes especificamente econômicos, são fundamentais os aspectos políticos que acabam, nesse contexto, originando uma institucionalidade que explica o advento e a continuidade ou consolidação de políticas públicas voltadas ao que tem sido chamado de “agricultura familiar” (termo que geralmente é utilizado no sentido de designar a pequena produção agropecuária), com o que se busca evitar a transferência de renda que geralmente caracteriza aquela interação, dadas as necessárias ou inevitáveis relações entre diferentes agentes sociais.

## **1. Um breve histórico sobre o problema da classificação do fumo**

Para se compreender adequadamente como se estabelece o preço do fumo em folha, é preciso partir do conhecimento de que há um procedimento de classificação deste bem, dos critérios utilizados para tanto, assim como das modificações que ocorreram nestes critérios e como elas foram justificadas. Isto implica conhecer também a forma como atuam as instituições envolvidas nesse processo.

Até a safra de 1964/1965, a classificação, basicamente, considerava os fatores de qualidade pela coloração. Assim, as folhas de fumo que tivessem a cor mais esbranquiçada possível e que fossem isentas de manchas e danos provocados por insetos, tinham a possibilidade de, no momento de sua venda, obterem o melhor preço. Tratava-se, portanto, de um critério genérico de classificação.

Segundo Seffrin (1995), a classe de maior valor era chamada de A, de coloração amarelo esbranquiçada, que não tivesse nenhum defeito. As classes B, C e D caracterizavam folhas claras, mas que contivessem minúsculas diferenças de qualidade. As classes E, EE, F1, F2 e F3 referiam-se às diferentes tonalidades de cor castanha. Quanto mais acentuada esta, mais baixa era a classificação e, conseqüentemente, menor o preço conseguido.

Na safra de 1965/66, a justificativa para uma nova forma de classificação foi o julgamento da necessidade de separação das folhas pela

sua localização no pé. Na época, não apenas aumentou a complexidade, mas também o tempo de trabalho despendido pelo agricultor familiar na atividade de classificação. A coloração das folhas ainda era um fator importante; contudo, antes dessa verificação, fazia-se necessário classificar em baixeras, meeiras e ponteiras. Os demais critérios de qualidade ficaram definidos como “superior” e “inferior”.

Entre as safras 1968/1969 e 1974/1975, ocorreu um progressivo aperfeiçoamento do processo. Apesar da classificação mais genérica ter ficado inalterada, surgiu uma nova subdivisão em tipos 1,2 e 3. (Sefrin 1995:110). Em 1970 já havia uma certa organização dos produtores de fumo, tanto que a fixação dos preços das folhas de fumo não eram de responsabilidade única da Souza Cruz. Esse movimento pode ter ocorrido em resposta a mobilização dos agricultores, devido aos baixos preços recebidos no período de 1967 à 1969.<sup>13</sup>

As alterações não pararam por aí. Em 18 de dezembro de 1975 houve outro estabelecimento de critério, ainda mais complexo, sendo que, além das classes X, C e T, das subclasses D, E, F e dos tipos 1, 2 e 3, incluiu-se ainda outro subtipo, “K”.

A atual classificação obedece um critério de classificação de acordo com a Portaria Nº 875, de 22 de setembro de 1978, do Ministério da Agricultura. Essa portaria teve como referência os princípios internacionais de classificação e, segundo Sefrin (1995), constituir-se-ia em um fator positivo e de estímulo para os produtores.

Cabe buscar compreender se uma maior exigência com relação à qualidade e uma maior uniformidade conseguiriam se refletir em uma melhor remuneração para o agricultor. O fato é que, se por um lado, a reformulação completa dos critérios de classificação permitiram ao produto brasileiro uma maior inserção no mercado internacional, de outro, as normas e padrões de qualidade que padronizam as folhas cruas de fumo em grupos e subgrupos, classes e subclasses, tipos e subtipos, passaram a ser um mecanismo fundamental para que as empresas, tendo em conta aquele instrumento legal, mistificassem a real distribuição dos valores gerados na produção agrícola do fumo.<sup>14</sup> Na verdade, os agricultores,

---

<sup>13</sup> Segundo Silva, Goldfarb, Turcy e Moraes (2000:31-32), trata-se do triênio em que os valores pagos aos produtores foram os mais baixos até 1994.

muitas vezes, confundem-se com a grande complexidade envolvida na classificação, a qual conta com 48 possibilidades diferentes.

A prova de que um maior número de classes trás vantagens para as empresas diz respeito a própria proposta do SINDIFUMO, que tomou maior contorno no ano 2000 em que busca uma alteração no atual número de 48 para 90 classes, a justificativa para a mudança se daria no sentido das exigências do mercado, que procura fumos maduros com menor teor de alcalóides. Para o agricultor, tal mudança, ainda não havida, aumenta as dificuldades de saber a que grupo afinal, seu fumo pertence.<sup>15</sup> Por outro lado, os agricultores temendo serem ludibriados no ato da classificação, lutam para a redução do número de classes. A classificação, conforme a pauta do MPA (Movimento dos pequenos Agricultores), diz respeito a busca de redução de 48 para 12 o total de classes do Virgínia, e do Burley, de 29 para nove. Além disso, reivindicam que a classificação seja efetuada na propriedade, acompanhada pelo instrutor.<sup>16</sup>

Assim, a classificação por si só não se constituiria em um problema se houvesse uma efetiva representação dos produtores no processo de classificação, no sentido de torná-lo menos sujeito a desvios e vícios. Especificamente, no caso em questão, o que ocorre é uma representação “tosca” dos agricultores familiares.<sup>17</sup>

Na prática, os agricultores classificam o fumo em folha conforme sua concepção, antes do produto chegar às processadoras. Mas o que efetivamente vale é a reclassificação efetuada no momento da entrega do produto nas empresas processadoras, por isso a reivindicação de que esta seja efetuada na propriedade. Uma classificação correta, nesse caso, teria que compreender um julgamento igualmente correto da determinação da classe à que verdadeiramente pertence o fumo produzido. Isso deixa claro

---

<sup>14</sup> A mistificação ocorre não apenas devido às dificuldades ou à rigidez na classificação do produto, mas também devido ao volume de produção de cada safra. O Presidente da Fetag Heitor Schuck enfatizou muito bem esta questão no I Seminário Internacional de Fumo, realizado na Cidade de Rio Pardo/RS, em julho de 1999.

<sup>15</sup> A Gazeta Mercantil de 23/08/2000, mostra que para o caso do fumo Virgínia as alterações propostas pelo Sindifumo, são as seguintes: criação da posição M, entre a B e a C; criação de duas novas cores, a LO e a OR, denominadas D e F; criação da classe G-1 e a valorização da posição M, superior a posição B, na nova estrutura.

<sup>16</sup> Gazeta do Sul, 29 e 30 de dezembro de 2003.

<sup>17</sup> Representantes sindicais locais e parte dos agricultores familiares afirmam que as empresas cooptam lideranças que participam do processo classificatório.

que parte da remuneração ao agricultor é resultado da correlação de forças no ato da classificação.

Nesse sentido, torna-se fundamental a representação do segmento dos agricultores familiares fumageiros. Desse modo, mudanças recentes aparecem no cenário das negociações no intuito de aumentar o poder de barganha dos fumicultores com a entrada de representantes de uma nova entidade nas negociações: a Emater. Na prática, é incluída na tarefa de classificação.<sup>18</sup> A chamada Operação Fumo terá participação de 10 técnicos da Emater, que acompanharão a chegada do produto às fumageiras para “garantir” uma correta classificação das folhas e reduzir a ocorrência de conflitos entre as empresas e os agricultores. (Zero Hora, 2003)

Aliás, é importante lembrar que o Brasil é o único país produtor de fumo em que a tarefa de classificação (prévea) é feita pelos mesmos trabalhadores responsáveis pela produção. Portanto, seu trabalho, na realidade, inclui etapas não-agrícolas de produção.<sup>19</sup> Ademais, o relevante para esta análise é ter em conta o fato de que a articulação com os agricultores familiares, que possuem uma estruturação de trabalho própria - a qual muitas vezes confronta-se com a legislação que proíbe o trabalho do menor de idade. Isso dificulta determinar o tempo de trabalho efetivo de todo o processo produtivo, que vai desde o cultivo até a obtenção do fumo em folha curado.<sup>20</sup>

### 3.1 As ações dos agricultores e das entidades envolvidas na formação dos preços.

A venda do produto principal - o fumo em folha, que em geral é o maior responsável pela renda monetária para os agricultores, é

---

<sup>18</sup> Em janeiro de 2003, foi assinado um termo de cooperação entre a empresa, o Sindicato da Indústria da Fumo (Simdifumo), a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA) e as federações dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag) e da Agricultura (Farsul).

<sup>19</sup> O agricultor familiar de fumo torna-se assim, cada vez mais, um produtor que executa outras funções, já que o próprio processo de curagem efetuado nos fornos pode ser considerado um trabalho não agrícola. Além disto, em muitos casos, integrantes das famílias produtoras, em épocas de pico da colheita, trabalham formalmente como assalariados temporários nas empresas processadoras.

<sup>20</sup> Ver Anexo 1.

fundamentalmente restrita às poucas empresas oligopsonistas<sup>21</sup> que se estabeleceram na própria região produtora de fumo. É verdade que alguns agricultores vendem seu produto aos “picaretas ou picadeiras” - assim chamados por alguns produtores por venderem o fumo picado. Contudo, estes se constituem em um tipo específico de intermediário, já que vendem o fumo para as aquelas empresas, as quais, vez por outra, defrontam-se com demandas não previstas e, assim, acabam necessitando do produto rapidamente. Há um outro momento em que estas aparecem em cena: é no momento em que se verificam dificuldades nas negociações em torno do preço pago ao agricultor em consequência uma suspensão temporária na compra pelas empresas<sup>22</sup>. É exatamente nesse momento em que os atravessadores circulam pelo interior dos municípios do Vale do Rio Pardo oferecendo uma remuneração bem abaixo do preço praticado na safra anterior.

Para o agricultor familiar, a única vantagem de venda para tais intermediários é que eles pagam pelo produto no ato da venda, sem que a parcela do empréstimo seja deduzida nesse ato. É óbvio que isso acaba dando uma falsa idéia, algumas vezes, de que o preço obtido seja superior ao pago pelas empresas fumageiras<sup>23</sup>. Segundo instrutores de campo dessas empresas, os intermediários vendem o fumo picado para as empresas, com razoável lucro comercial, por não pagarem impostos. Representantes do sindicato dos trabalhadores rurais da região afirmam que a estimativa acerca do montante de produção comercializado com os intermediários corresponde a apenas entre 10 e 12% do total produzido.

---

<sup>21</sup> “...a partir da década de 80, a nova dinâmica do mercado internacional de tabaco significou uma redução significativa no número de empresas que passam a atuar na região” (Vargas, Filho e Alievi 1998:29).

<sup>22</sup> Este é o caso específico da safra 2003/04, em que as empresas apenas querem comprar o produto a partir do mês de janeiro com o objetivo claro de mostrar sua força nas negociações de preços, assim, grande parte dos agricultores tem dificuldade financeiras em pagar os diaristas e realizar festas natalinas portanto, lançam mão da venda de parte da sua produção aos picaretas. Gazeta do Sul, 4 de dezembro 2003.

<sup>23</sup> Isto fica claro quando, em entrevistas recentes efetuadas com produtores da região do Vale do Rio Pardo, estes, geralmente, atribuem o problema dos seus rendimentos com a fumicultura aos elevados custos de produção e não aos preços em si. Neste sentido, a utilização de bandejas para a produção das mudas representou um aumento de em torno de 20% do total dos empréstimos realizados pelos agricultores familiares para a safra passada, reduzindo, portanto, o saldo monetário recebido pelos agricultores a partir de uma maior elevação dos custos. São as empresas fumageiras que se incumbem da monitorização do custo total da lavoura, e além de responsabilizarem-se pela assistência técnica, também intermediam o repasse dos insumos aos agricultores.

Assim, a situação dominante é a da relação entre o agricultor e as empresas processadoras. A prática usualmente efetuada pelos agricultores, frente ao descontentamento com o preço pago pela arroba de fumo em folha decorrente da classificação efetuada, é a mudança de empresa, de tal maneira que são muito poucos os produtores que permanecem vinculados por vários anos a mesma empresa. Em geral, o tempo de articulação com uma dada empresa não é inferior ao período de financiamento dos insumos de uma dada safra que, em geral, varia entre 2 e 4 anos.<sup>24</sup>

Nesse sentido, as possibilidades de alterações significativas nos ganhos dos agricultores, ao mudarem de empresa, são mínimos e de curto prazo. Isso porque os preços praticados pelas empresas são semelhantes, o que muda é a rigidez ou flexibilidade no ato da classificação.

Com isso, um aumento momentâneo pode ser contrabalançado com uma perda subsequente. Isso implica afirmar que o que importa são os preços médios praticados em períodos históricos mais longos, e não aqueles que se circunscrevem a uma safra em particular.

Na verdade, a prática há pouco comentada não passa, muitas vezes, de uma forma simbólica de afirmação da autonomia do agricultor frente à real situação de submissão em que se encontra perante as empresas oligopsonistas. É claro que há clareza de que há uma autonomia relativa dada pela posse ou propriedade da terra, com o que os agricultores familiares se sentem como pequenos empresários, estando longe da situação de trabalhadores assalariados.

O preço do fumo em folha é estipulado a cada ano, a partir de um levantamento dos custos de produção do fumo, no interior da unidade pequeno/produtora. A metodologia do cálculo inclui 3.000 entrevistas efetuados em toda a região Sul (PR-SC-RS), tomando-se um produtor individual de cada unidade produtiva.<sup>25</sup> Até 1988, o preço do fumo em folha

---

<sup>24</sup> A exclusividade na comercialização do fumo com determinada empresa somente pode ser inferior ao prazo de financiamento para os agricultores produtores de fumo em corda. A maioria dos agricultores familiares de fumo do Sul do país produzem o fumo tipo estufa para cigarros. Estes possuem uma autonomia menor do que a daqueles, até mesmo porque as empresas é que são seus avalistas no momento em que contratam os empréstimos para cada safra.

<sup>25</sup> O fato de não serem considerados no cálculo o trabalho de todos os membros da unidade familiar no processo produtivo, inclusive mulheres e crianças, subestima o custo real de produção. Segundo o ex- Presidente do SINTRAFUMO-RS, Albino Oto Gewehr, este fato causa distorções que redundam numa defasagem de 50 a 60%, segundo estimativa do SINTRAFUMO .

era fixado a partir do levantamento de custo feito pelo STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) e pela AFUBRA, e posteriormente era confrontado com o levantamento do SINDIFUMO. A partir desses dados, estabeleceu-se a negociação. Ocorriam sérias divergências quanto às planilhas apresentadas pelos participantes. Devido a isso, após 1988, os custos de produção passaram a ser estimados em conjunto pelas três entidades (AFUBRA, SINDIFUMO, STR), num panorama supostamente harmônico, já que grande parcela dos produtores passou a não ter dúvida de que estão praticamente sem representação autêntica no processo de fixação do preço do fumo.

Tal fixação é feita a partir da soma dos custos de produção que inclui o trabalho despendido na atividade produtiva, desde o plantio até o enfardamento. Não é computada a renda da terra e tampouco todos os custos vinculados ao capital fixo, já que se consideram apenas o conserto de máquinas e implementos diretamente decorrentes do desgaste físico, não se tendo em conta a depreciação propriamente dita, seja física, seja tecnológica, podendo ocorrer uma desativação do equipamento por se tornar modelo ultrapassado. Além disso, não considera a insalubridade, visto que os trabalhadores lidam com produtos químicos e submetem-se, por um razoável período do tempo total de produção, ao calor das estufas e a ingestão de gases poluentes oriunda da fumaça.

Já foi visto, anteriormente, que os custos de produção do fumo em folha elevaram-se substancialmente em função dos próprios avanços técnicos ocorridos.<sup>26</sup> Nos últimos anos, os avanços técnicos não resultaram de imposição por parte das empresas, mas a não adequação ao novo patamar técnico/produtivo pode significar a expulsão de parte dos agricultores familiares da produção de fumo. Devido a grande quantidade de informações a serem manipuladas, foi desenvolvido um Sistema de Custo operacional do Fumo (SCOPF), para ser utilizado nos computadores dos participantes das negociações. Após efetuada a negociação, no mês de janeiro, há um espaço de tempo, que vai até o mês de junho para ser

---

<sup>26</sup> As mudanças mais importantes no processo de trabalho ocorreram, paulatinamente, desde a segunda metade da década de 1980 e se estenderam pela década de 90, culminando com uma importante redução no número homem/hora de trabalho dedicado à produção fumageira, a qual reduziu em mais de 25% a mão-de-obra no processo produtivo. Segundo dados da AFUBRA, em 1988 o coeficiente técnico de produção era de 210 dias homem/hectare, o qual passou para 148 dias homem/hectare.

efetuada a comercialização. Durante esse período, os preços podem ser reajustados com base em um índice oficial de inflação.

A operacionalização dos dados baseia-se na pesquisa dos coeficientes técnicos representados pelas quantidades médias por hectare de suprimentos agrícolas, serviços com animais de tração, máquinas, benfeitorias, trabalho familiar e contratado, recursos financeiros etc. Os custos de cada safra são calculados a partir de informações da AFUBRA, sobre o custo do fumo e a partir de informações da pesquisa de campo sobre o volume médio de produção das unidades familiares.

É possível estimar a “renda líquida” gerada pela cultura do fumo na pequena propriedade ou produção. Isso pode ser feito utilizando-se os dados dos Anexos 1 e 2, e definindo-se os seguintes parâmetros: toma-se o caso do tipo e classe mais comercializado, o Virgínia TO2, secado em estufa; considera-se o rendimento médio de 1.908 k/ha, conforme os dados da AFUBRA; taxa de câmbio de R\$ 3,52/dólar<sup>27</sup>. Com isso, chega-se aos seguintes resultados: Receita por hectare: R\$ 6.430,00; custo por hectare: R\$ 4.856,45; “renda líquida” por hectare: R\$ 1.573,55.

Se tal “renda líquida” for relacionada ao preço da terra na região que, segundo estimativas<sup>28</sup>, é de R\$ 2.000,00 por hectare, poder-se-ia argumentar que ela é elevada, já que se teria um porcentual que atinge quase 20%, que, como se sabe, é muito alto quando se tem em conta ativos de durabilidade infinita ou quase infinita. Contudo, duas considerações desaconselham tal conclusão. A primeira delas é a lembrança de que, como apontado, nem todos os custos efetivos são computados, como o do trabalho de outros membros da família, os serviços terceirizados da depreciação total envolvida.

Em segundo lugar, deve ser destacado que o custo de oportunidade dos recursos imobilizados nos elementos do capital fixo e na propriedade da terra e nem mesmo do reconhecimento de que as famílias

---

<sup>27</sup> Trata-se da taxa mensal do dólar norte-americano e o real mensal, praticada no final do ano de 2002.

<sup>28</sup> Estimou-se o preço médio por hectare a partir de dados obtidos junto a pesquisadores da UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul). Na região do Vale do Rio Pardo, na qual se concentra a maior parte de toda a produção nacional de fumo, as áreas são heterogêneas, principalmente quanto à topografia. Na zona alta os terrenos são íngremes, com cobertura natural ou reflorestada e são vendidos por valores que oscilam entre R\$ 1.500,00 e 2.000,00. Na zona baixa, onde predominam terrenos perfeitamente agricultáveis, o preço sobe para valores entre R\$ 2.000,00 e 2.500,00. Em ambos os casos estão sendo consideradas as benfeitorias.

não trabalham mais, (como há 10 anos) com mão de obra exclusivamente familiar enfim, tais custos também não são considerados. Sabe-se que as famílias fumicultoras que não possuem terra são 28.020, o que corresponde a 16,5% do total. Trabalham em regime de parceria com proprietários que possuem mais estufas. Cada família produtora contrata em média 1 pessoa para trabalhar principalmente durante a colheita.<sup>29</sup>

Isso explicita devidamente que aquela “renda líquida”, verificada anteriormente, apenas poderia ser considerada elevada na ausência desses custos, ou seja, se não existirem alternativas de ganho, inclusive advindos de eventuais trabalhos dos membros da família. Embora tal ausência possa ser considerada uma realidade local, as considerações feitas não deixam de se constituir em um indicador da importância da pequena propriedade fundiária – ou da agricultura familiar – para a determinação de um custo menor e, portanto, de um preço menor para a matéria-prima da indústria processadora.<sup>30</sup>

Enfim, as empresas fumageiras estão satisfeitas com relação a qualidade o produto final (fumo em folha) que sai da lavoura sendo que esta poderia ser inclusive melhor, caso fosse incentivada a utilização de produtos orgânicos<sup>31</sup>. A imposição do pacote tecnológico implica um benefício adicional as empresas. Isso se explica considerando que uma grande utilização de insumos químicos e crescente adoção pelos agricultores de inovações tecnológicas são, também importantes para as empresas, uma vez que grande parte desses, são produzidos/vendidos pelas própria empresas. Sendo assim, seu incentivo se constitui em uma fórmula de efeito para o aumento das receitas.

### 3.2 Implicações das inovações tecnológicas recentes e a terceirização dos serviços

---

<sup>29</sup> Esses dados dizem respeito ao mês de dezembro de 2003 e foram fornecidos por Ramírio Thomé, representante da Afubra.

<sup>30</sup> Isso é corroborado quando se sabe que Os Estados Unidos diminuíram sua produção não apenas em função das campanhas antibagistas, mas principalmente porque a foma de utilização da mão de obra que naquele país é assalariada, que aumenta o custo de produção e implica perda em competitividade em relação ao Brasil e Zimbábue.

<sup>31</sup> Segundo técnico agrícola de Santa Cruz do Sul, Rogério Huinen.

Sabe-se que a exploração familiar que produz fumo em folha para as empresas agroindustriais vem sofrendo pressões crescentes nos custos de produção em função da necessidade de aumentar a competitividade do produto, principalmente quando se considera a adoção de tecnologias e agroquímicos e da terceirização de serviços.

### 3.2.1 Aspectos tecnológicos

As duas principais mudanças tecnológicas introduzidas na parte agrícola da produção, nos últimos vinte anos, dizem respeito à introdução da tecedeira de fumo e da utilização de anti-brotantes nos tratos culturais. Ambos os processos contribuíram na liberação de braços no trabalho realizado nas diferentes etapas da plantação à colheita do fumo em folha. Atualmente, há fortes restrições à utilização do brometo de metila, utilizado no canteiro de mudas, devido às implicações que teria sobre a camada de ozônio.

Além disso, nos últimos 4 anos, alterou-se, também, a anterior forma de plantio para a generalização da forma “plantio direto”, implicando, por um lado, a eliminação de determinados agrotóxicos, redundando em uma melhoria não apenas na parte agrícola de produção, mas, fundamentalmente, e uma melhoria qualitativa da vida dos agricultores envolvidos diretamente no processo de plantio. Essas mudanças, resultam, também, em uma produção de cigarros com menor concentração de agrotóxicos, diminuindo, em parte, os efeitos nocivos dos consumidores fumantes.

As intenções recentes das empresas fumageiras e dos produtores de fumo, é incentivar mudanças na genética do fumo e adubação, com a busca da produção do fumo ecológico, a qual eliminaria praticamente a totalidade dos insumos químicos utilizados na produção. Entretanto, tais iniciativas estão em fase de teste, estando ainda longe de se tornarem uma prática generalizada no interior das unidades agrícolas.

As pesquisas em torno da produção ecológica do fumo são efetuadas por uma ONG, a Fundação Gaia, com parte dos auxílios oriundos da AFUBRA.

Contudo, as novas mudanças no processo de produção, ao mesmo tempo acarretaram um maior custo de investimento para o

agricultor, coincidindo, exatamente num período em que ele se sentiu mais descapitalizado, devido a queda nos preços pagos ao fumo em folha. Mesmo assim, uma parte dos agricultores familiares adotaram as mudanças “exigidas” pelas empresas agroindustriais. Para os agricultores familiares que puderam arcar com os custos desta inovação, tiveram a possibilidade de diminuição no tempo de produção na parte agrícola do fumo.

Estimativas efetuadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul mostram que a utilização de bandejas para a produção das mudas representou um aumento de em torno de 20% do total dos empréstimos realizados pelos agricultores familiares para a safra passada, reduzindo o saldo monetário recebido pelos agricultores em função de um aumento na dedução de seus custos no total de receitas obtidas com a venda da produção às empresas.

Outra inovação tecnológica importante diz respeito a utilização de fornalhas automáticas na parte de curagem das folhas de fumo. Tal tecnologia foi implementada na região do Vale do Rio Pardo há 5 ou 6 anos e, não suprimem a utilização das mesmas estufas já existentes nas unidades familiares de produção comerciais ou “standart”, mas se constituem em uma adaptação da estufa com a utilização de ar forçado em seu interior. Uma pesquisa de campo realizada, corrobora as informações fornecida pelo Sr Roque Paulus, Secretário Geral do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o qual afirma que mais de 50% dos produtores utilizam as fornalhas automáticas na fase de curagem do fumo.

O processo anterior exigia que o produtor se mantivesse acordado por várias noites para verificar o “ponto” do fumo. Na atualidade, os agricultores podem dormir, porém precisam manter ao seu lado um aparelho que avisa (apita) quando ocorre uma elevação exagerada de calor no interior da estufa. Indubitavelmente, trata-se de uma inovação tecnológica importante, pois melhora as condições de trabalho dos agricultores. Contudo, a elevação no custo do item “energia elétrica” no custo de produção fez com que vários agricultores que já arcaram com o custo do investimento efetuado, retornaram à prática anterior que utiliza lenha para a curagem do fumo em folha.

As dificuldades de introdução de tecnologia devido ao seu elevado custo é, certamente, o principal empecilho para uma mudança na forma atual de articulação para a subordinação direta do trabalho no capital

que, neste caso, teria que se defrontar inclusive com o pagamento de salário noturno. Isso somado às constantes chuvas de granizo que, safra após safra, atingem um razoável percentual de famílias com perda total da produção, o que demonstra ainda mais enfaticamente a distância de contornação tecnológica dos riscos na fumicultura.

### 3.2.2 O trabalho informal na fumicultura

O trabalho informal na fumicultura é um tema recente e ainda não discutido por nenhum trabalho científico, até porque carece de informações mais detalhadas. Na verdade é novidade no setor. Não há números oficiais de quantas pessoas trabalham informalmente nas lavouras de tabaco. A estimativa que se possui é a de que 8% da produção de fumo do Sul do país é colhida por mão-de-obra terceirizada, mas não se sabe quanto desse percentual é de trabalhadores informais. Na região, a estimativa é de que, pelo menos, 500 estão na lida da colheita do tabaco por meio das empreiteiras.<sup>32</sup> Assim, os empreiteiros contratam pessoas e oferecem, de forma terceirizada, o serviço a parte considerável de fumicultores para colher o fumo.

A reforma trabalhista prevista para acontecer em 2005 poderá ser a alternativa para a legalização dos empreiteiros do fumo, gente que trabalha informalmente nas lavouras de tabaco no interior dos municípios do Vale do Rio Pardo. Essa foi a primeira proposição encontrada pela Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa e pelas várias entidades da região ligadas ao setor. A reunião para tratar da regularização da profissão, que foi mostrada em reportagem especial da Gazeta do Sul, no mês de novembro de 2003, e ocorreu na Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul.

De acordo com o Deputado Estadual Heitor Schuh (PSB), que solicitou a realização da reunião da comissão em Santa Cruz, os representantes de sindicatos, entidades e prefeituras citaram a reforma trabalhista como a principal alternativa para que os empreiteiros se ajustem. “É uma mudança que não precisa acontecer de uma semana para outra.

---

<sup>32</sup> Gazeta do Sul 10/dez/2003. O jornal obteve esta informação do diretor-secretário da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), Romeu Schneider, a qual se refere aos três estados do Sul do Brasil.

Até 2005. Poderemos nos estruturar para defender com força a regularização da função”. Além disso, os participantes do encontro sugeriram que os empreiteiros se organizem em cooperativas de prestação de serviço. “Precisamos buscar alternativas para regularizar a situação desses empreiteiros para que ninguém fique prejudicado, nem os produtores, nem os trabalhadores ou as indústrias...”.

### 3.2.3 O comportamento dos preços do fumo e o desempenho do complexo no período recente

O Quadro 4 mostra dados referentes ao comportamento dos preços pagos ao produtor e dos preços obtidos com as exportações, de 1980 a 2002. Mais importante do que a constatação de que há uma tendência à alta em ambos, é destacar que não há uma relação estável entre os dois preços. Isso se constitui em evidência das diferenças na capacidade de determinação e de defesa dos preços dos bens, conforme indicado pelo referencial teórico discutido na parte 2. Há que se ter em conta que o preço pago ao produtor é do fumo *in natura*, pré-selecionado nas unidades de produção fumageira. O preço de exportação refere-se ao fumo em folha beneficiado. Trata-se, portanto, de uma *commodity*, que se sujeita aos critérios prevaletentes no mercado mundial.<sup>33</sup> Outro destaque que se pode fazer é quanto à grande queda ocorrida nos dois preços em 1999, mas que foi proporcionalmente maior no caso dos preços recebidos pelos agricultores, evidenciando que o benefício da desvalorização cambial ocorrida em janeiro daquele ano foi retido pelas empresas processadoras/exportadoras.<sup>34</sup> O Presidente do SINDIFUMO destacou que tal queda acabou permitindo o retorno das exportações para a China.<sup>35</sup> Nos

---

<sup>33</sup> Embora o Brasil seja o quarto maior produtor mundial, ocupa o primeiro lugar como exportador. As exportações brasileiras estão assim distribuídas: 40% para a União Européia (principalmente Alemanha e Reino Unido); 22% para os EUA, 17% para o Extremo Oriente (principalmente para o Japão) e o restante para outros países ou regiões.

<sup>34</sup> A desvalorização cambial certamente tornou o setor mais competitivo no mercado internacional. Segundo o Presidente do Sindifumo, a desvalorização da moeda teria coincidido com o período em que as empresas brasileiras negociavam sua produção com os clientes externos. Quem se beneficiou, segundo Paulo V. Ogliari da Afubra, foram as empresas, porém estes ganhos não teriam sido repassados para os agricultores. A insatisfação dos produtores devido a queda de preços resultaria diretamente em uma igualmente queda da produção para a safra subsequente. Folha de São Paulo 1999 p.3.

anos subsequentes, os preços recebidos pelos agricultores foram se recuperando de forma crescente até o ano de 2002.

#### QUADRO 5.

Preço médio do fumo em folha recebido pelos agricultores do Rio Grande do Sul (1º semestre) e preço médio das exportações – 1967-1993 (em US\$/t).

ANO	Preço Recebido (A)	Preço de Export. (B)	A/B	ANO	Preço Recebido (A)	Preço de Export. (B)	A/B
1980	570,00	2.214,00	0,26	1992	1.610,00	3.334,00	0,48
1981	680,00	2.707,00	0,25	1993	1.480,00	2.838,00	0,52
1982	1.080,00	2.994,00	0,37	1994	1.210,00	-	-
1983	750,00	2.949,00	0,25	1995	1.730,00	-	-
1984	610,00	2.457,00	0,25	1996	2.030,00	-	-
1985	910,00	2.263,00	0,40	1997	1.900,00	4.240,00	0,45
1986	930,00	2.301,00	0,40	1998	1.910,00	3.970,00	0,48
1987	670,00	2.392,00	0,28	1999	1.084,00	2.680,00	0,40
1988	960,00	2.673,00	0,36	2000	2.000,00	2.380,00	0,84
1989	1.120,00	2.709,00	0,41	2001	2.450,00	2.130,00	1,15

<sup>35</sup> Declarações de Cláudio Henn, Presidente do SINDIFUMO, no I Seminário Internacional do Fumo, realizado nos dias 28 e 29 de julho de 1999, na cidade de Rio Pardo/RS. A China é o maior produtor e o maior consumidor mundial de cigarro. Para o presidente do SINDIFUMO, o desafio da fumicultura brasileira é continuar sendo competitiva, reconhecendo que esta competitividade está assentada na mão de obra barata, o que caracteriza também os casos da China e da África. No mesmo seminário, Hansi Gralow, presidente da AFUBRA, ao argumentar que os preços recebidos pelos produtores nacionais não são baixos, relatou a situação no Zimbábue, onde "30 dólares ganha o pai e toda a família para produzir fumo. Eles trabalham recebendo sobre duas tábuas, somente mandioca para sua alimentação".

1990	1.410,00	3.005,00	0,47	2002	2.850,00	2.120,00	1,34
1991	1.460,00	3.574,00	0,41				

Fontes: COSTA E SILVA et. al., 2000:32; Anuários Estatísticos e Brasil em números, AFUBRA e SECEX.

O preço do fumo praticada em cada safra são, em geral, negociados com atrasos havendo suspensão de reuniões e isso, compromete o ciclo da safra pois, na prática, não há acordo nas primeiras reuniões realizadas com o intuito de estipular o preço das diferentes categorias de fumo em folha<sup>36</sup>. Na verdade, o maior problema para os produtores diz respeito ao fato deles terem que esperar mais tempo para a comercialização de sua produção em um momento em que crescem os custos não deduzidos das receitas sobre as vendas.<sup>37</sup> Não há dúvidas de que para as empresas isso possibilita uma maior margem de negociação, talvez em resposta a uma percepção de um crescimento da força de mobilização dos produtores que se concentra basicamente no MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores).

<sup>36</sup> Reportando-se a especificidade da safra de 2003/2004, tem-se que o presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), Hainsi Gralow, confessou que foi surpreendido pela mudança de planos arquitetada pelo Sindifumo. "Até poucos dias a reunião estava confirmada e agora, de uma hora para outra, já não sabemos mais quando vamos começar a negociar o futuro dos fumicultores" ... "Pensei que era impossível de isso acontecer, já que foram os próprios representantes das indústrias que marcaram a data", frisou, inconformado. Para ele, o objetivo da indústria é "jogar um balde de água fria na negociação, ganhando mais tempo para acompanhar a movimentação da safra".

<sup>37</sup> Como os pagamentos dos trabalhadores temporários e das demais compras de bens de consumo das famílias.

Com relação as compras de fumo para cada safra produtores tem a possibilidade de venda anterior a fixação dos preços da safra, sendo que receberiam a diferença logo após a definição do novo preço do tabaco. Um representante da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) afirmou que os agricultores, em geral, não comercializam grandes quantidades de fumo antes de janeiro. A arroba do fumo tipo BO1, o de melhor qualidade, custou em dezembro de 2003, R\$ 62,85.<sup>38</sup>

### QUADRO 6

Desempenho do setor fumageiro do Brasil - 1980 – 1999 (em t)

SAFRA	PRODUÇÃO (A)	EXPORTAÇÃO (B)	CONSUMO INTERNO (C)	ESTOQUE (D)	% D/B+C	% D/A
1980	372.970	128.400	142.700	214.050	79,0	57,4
1985	410.280	198.660	146.300	219.450	63,6	53,5
1990	447.980	188.140	164.100	246.150	69,9	54,9
1995	390.000	256.270	119.700	179.550	47,8	46,0
1996	433.520	282.360	119.200	178.800	44,5	41,2
1997	588.170	318.950	110.800	166.200	38,7	28,3
1998	440.340	305.600	97.000	145.500	36,1	33,0
1999	590.100	349.680	101.500	163.500	36,2	27,7
2000	577.110	353.020	95.000	142.500	32,0	57,4
2001	544.780	443.900	101.000	151.500	28,0	27,8
2002	669.950	474.470	97.500	146.250	25,5	21,8
2003	852.488	480.350	100.000	150.000	25,84	17,6

FONTE: Afubra/Abifumo.

Quanto ao desempenho do complexo fumageiro do Brasil nos últimos anos, a Quadro 6 traz dados significativos. Como se vê, os estoques oscilaram de maneira perceptível, mas o mais evidente é que seus

<sup>38</sup> As reivindicações do MPA para a safra 2003/04 é um aumento do preço do BO1, de R\$ 62,85 para R\$ 137,01, proporcional às tabelas do tipo Virgínia e também para o Burley e galpão comum.

montantes sempre representaram um porcentual muito expressivo – embora decrescente, da soma do consumo interno e da exportação, o mesmo ocorrendo com o porcentual em relação à produção.

O consumo interno de fumo em folha caiu significativamente na segunda metade dos anos noventa<sup>39</sup>. As exportações mais que triplicaram no mesmo período, evidenciando a importância que elas assumiram para o complexo do fumo no Brasil, sendo que 75% da produção de fumo beneficiado é exportada. Há que se ter em conta que os estoques são formados basicamente por este tipo de bem, já que ele pode ser acondicionado por vários anos nas câmaras de resfriamento das unidades de armazenamento. Já o grau de perecibilidade do cigarro, segundo informações da AFUBRA, é de quatro a cinco meses.

Quanto ao fumo em folha não beneficiado, tem-se que ele não fica acondicionado por um período superior a um ano e meio, exatamente porque sua disponibilidade é uma variável sob controle das indústrias processadoras. Já a oferta de cigarro também é controlada por estas, as quais, com base em suas pesquisas, tem estimativas relativamente precisas sobre o volume de fumo em folha necessário para a satisfação das demandas interna e externa. A estimativa dos volumes de exportação baseia-se em uma ampla análise da situação dos concorrentes no mercado mundial.<sup>40</sup>

Assim, fica evidente que o oligopólio/oligopsônio do processamento de fumo no Brasil, atua de forma a controlar a oferta tanto do produto acabado como de seu insumo principal, cujo mecanismo principal é o planejamento dos estoques. Como a produção é sujeita a variações sazonais, o preço do insumo está sujeito a variações de curto prazo, ou seja, conjunturais, o que auxilia a compreensão quanto ao fato de que os preços pagos aos produtores não estão vinculados às oscilações da demanda externa.<sup>41</sup>

---

<sup>39</sup> Tal queda está associada tanto à campanha institucional para a redução do consumo de cigarros, promovida pelo Ministério da Saúde, como ao contrabando, que é estimado em 35 % do mercado.

<sup>40</sup> Isso fica exemplificado na fala do Presidente da AFUBRA, para quem “Os EUA diminuíram a área por não conseguirem acompanhar os custos de produção, a Argentina também está com dificuldades, o Zimbábue passa por problemas internos, a Índia proibiu o cultivo em algumas províncias. Conforme matéria no jornal Gazeta Mercantil, Caderno Gazeta Mercantil Sul, p. 1, edição de 04/03/2002.

Isso fica evidente quando se faz uma confrontação dos dados de preços pagos ao produtor, que constam da Tabela 4, com os dos volumes de produção que constam da Tabela 5, indicando que os aumentos destes últimos não implicaram, claramente, uma elevação daqueles. Em outras palavras, as empresas processadoras, que comandam a comercialização externa, acabaram sendo as maiores beneficiárias do aumento de produção nacional que ocorreu recentemente.

Cabe ainda ressaltar que, no caso dos cigarros, a situação é diferente: o governo interfere desde há muito tempo em seu mercado, “o produto passou a receber a incidência de taxaço na reforma tributária feita por Joaquim Murtinho, no início do século e, desde 1968, que definiu alíquotas elevadas e reajustáveis, que perduraram com a criação do Mercosul. A partir de então os cigarros foram enquadrados na Tarifa Externa Comum (TEC) de 20%, a mais alta admitida pelos quatro países da união aduaneira, fora das exceções...” (Silva, Goldfarb, Turci e Moraes 2000, p. 81).

#### **4. Conclusão**

O caso do processo de comercialização e de formação de preços no interior da cadeia do fumo no Brasil se constitui, como visto, em um exemplo da correção da reflexão na história do pensamento econômico quanto à determinação de preços de diferentes bens na economia capitalista. Embora tendo em conta algumas particularidades do caso e a insuficiência do referencial aqui teórico aqui utilizado - que deixou de fora o aporte da “Nova Economia Institucional”, o fato é que ficou evidenciado quem mais se beneficia do comportamento dos preços ao longo da cadeia, seja no curto, seja no longo prazo. Isto vale mesmo quando se considera que há uma certa estabilidade tanto do preço do bem final como da matéria-prima, já que as ofertas de um e da outra estão sob a ação da agroindústria processadora. Essa observação procede também quando se considera o

---

<sup>41</sup> Apesar disso, quando os estoques estão muito elevados há o entendimento por parte dos produtores, orientados pela Afubra, de que uma menor produção poderia evitar uma queda ainda maior nos preços. Folha de São Paulo 24/08/2001 Agrofolha 5, p.3.

fato de que grande parte da produção da cadeia passou a ter nas vendas externas um espaço importante de realização.

A análise evidenciou também a importância da manutenção da propriedade fundiária por parte dos agricultores familiares, o que lhes permite o recebimento de uma renda da terra cujo montante parece não desprezível, gerada pela exploração de suas pequenas áreas com um produto principal submetido à comercialização e, portanto, à economia monetária, e pela produção de alguns outros bens, destinados fundamentalmente a subsistência da família. Esta situação permite uma dispersão do trabalho cotidiano e ao longo do ano, com o que se complementa a renda familiar com atividades não agrícolas, inclusive nas próprias empresas processadoras. Assim, uma não relação de “assalariamento puro” barateia o custo de produção do fumo e, por conseguinte, do produto final, que, no caso brasileiro, tem seu preço elevado sobremaneira devido a tributação que recebe.

Constatou-se que, de acordo com as indicações do referencial teórico, existe uma situação de oligopsônio, da qual se beneficiam as empresas processadoras, que atuam de forma a determinar os preços de toda a cadeia, influenciando a oferta tanto da matéria-prima como do bem final, para o que é fundamental o manuseio de estoques e o planejamento da produção. Além disso, constatou-se a queixa dos agricultores quanto à falta de empenho dos responsáveis por suas entidades representativas em lutar devidamente para a obtenção de maiores preços para o fumo em folha.

## 5. Bibliografia

BARAM, P. M. & SWEEZY. **Capitalismo moderno**. Ed. GRAAL, RJ, 1977.

BESCOW P. R. **Agricultura e Capitalismo no Brasil**. Civilização Brasileira. 1980. p. 113-126

COSTA E SILVA, V. L. et. al. (Orgs.), 2000. **Cigarro Brasileiro** - Análise e Propostas para a Redução do Consumo. Rio de Janeiro, INCA, 1ª ed.

----- **Guia Sócio-Econômico do Vale do Rio Pardo**, Santa Cruz do Sul, dezembro de 2003.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas. Instituto de Economia – UNICAMP. 1996, 217p.

GAZETA DO SUL. **Guia Sócio-Econômico do vale do Rio Pardo**, Santa Cruz do Sul, 26 e 27 de junho de 1999.

GAZETA MERCANTIL. São Paulo, 15 de março de 2002 p. A-4.

HICKS, J., **Perspectivas econômicas**. Ensaio sobre moeda e crescimento. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1978.

HICKS, J., **A crise na economia keynesiana**. São Paulo, Ed. Vértice. Ed. Revista dos Tribunais. 1987.

----- **Determinantes das condições sócio-econômicas dos domicílios agrícolas no Brasil**. Relatório parcial de pesquisa (Bolsa Produtividade em Pesquisa – CNPQ). Campinas. 2001.

KALECKI, M., **Teoria da dinâmica econômica**. São Paulo, Ed. Abril Cultural, Coleção os Pensadores. 1976.

LABINI, P. S., **Ensaio sobre desenvolvimento e preços**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária. 1984.

PRIEB, Rita I. P., 1995. **Fábrica de Ilusões: O Caso dos Pequenos Produtores de Fumo de Santa Cruz do Sul/RS**. Universidade Federal da Paraíba, Campus II, Campina Grande, Dissertação de Mestrado.

RAMOS, P., 1999. **Agroindústria canvieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo, Ed. Hucitec.

RAMOS, P., 2001. **“Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural)”**. In Estudos Avançados 43. São Paulo. USP/Instituto de Estudos Avançados.

SHACKLE, G. L. S., 1991. **Origens da economia contemporânea**. São Paulo, Ed. Hucitec.

SEFRIN G., 1995. **O Fumo no Brasil e no Mundo**. Santa Cruz do Sul, AFUBRA, 1995.<http://afubra.com.br/prt/lin21.html>. Desempenho do setor fumageiro no Brasil. Acesso em abr. 2001.

**ANEXO 1**  
**TABELA DE PREÇOS DO FUMO, POR TIPO E CLASSES – 2002/03**

VIRGÍNIA			BURLEY			COMUM	
CLASSES	R\$/Kg	R\$/arr.	CLASSES	R\$/Kg	R\$/arr.	R\$/Kg	R\$/arr.
TO1	3,99	59,85	T1	3,56	53,40	-	-
T02	3,37	50,55	T2	3,11	46,65	1,66	24,90
TO3	2,86	42,90	T2L	2,46	36,90	1,65	24,75
TR1	3,10	46,50	T3	2,22	33,30	-	-
TR2	2,13	31,95	T3L	1,95	29,25	-	-
TR3	1,25	18,75	TK	1,42	21,30	1,17	17,55
TL1	2,59	38,85	B1	3,69	55,35	-	-
TL2	2,01	30,15	B1L	3,33	49,95	-	-
TL3	1,15	17,25	B2	3,16	47,40	2,09	31,35
T2K	1,54	23,10	B2L	2,77	41,55	2,05	30,75
T3K	0,85	12,75	B3	2,50	37,50	1,68	25,20
BO1	4,19	62,85	B3L	2,08	31,20	1,61	24,15
BO2	3,62	54,30	BK	1,79	26,85	1,39	20,85
BO3	2,93	43,95	C1	3,60	54,00	-	-
BR1	3,28	49,20	C1L	3,29	49,35	-	-
BR2	2,39	35,85	C2	3,15	47,25	2,36	35,40
BR3	1,60	24,00	C2L	2,77	41,55	2,30	34,50
BL1	3,17	47,55	C3	2,44	36,60	1,99	29,85
BL2	2,58	38,70	C3L	2,00	30,00	1,87	28,05
BL3	1,60	24,00	CK	1,79	26,85	1,54	23,10
B2K	2,01	30,15	X1	3,33	49,95	-	-

Aspectos institucionais e referenciais teóricos para a análise da agricultura familiar articulada ao complexo do fumo

B3K	1,01	15,15	X1L	3,17	47,55	-	-
CO1	4,02	60,30	X2	2,84	42,60	1,87	28,05
CO2	3,53	52,95	X2L	2,66	39,90	1,79	26,85
CO3	2,85	42,75	X3	2,22	33,30	-	-
CL1	3,17	47,55	X3L	2,00	30,00	-	-
CLE	2,58	38,70	XK	1,60	24,00	1,28	19,20
CL3	1,69	25,35	N	0,65	9,75	0,67	10,05
CR1	2,83	42,45	G	0,28	4,20	0,45	6,75
CR2	2,01	30,15					
CR3	1,28	19,20					
C2K	1,60	24,00					
C3K	0,93	13,95					
XO1	3,53	52,95					
XO2	2,97	44,55					
XO3	2,44	36,60					
XL1	2,83	42,45					
XL2	2,28	34,20					
XL3	1,37	20,55					
XR1	2,66	39,90					
XR2	1,64	24,60					
XR3	0,97	14,55					
X2K	1,17	17,55					
X3K	0,75	11,25					
GE	1,54	23,10					
G3	0,39	5,85					
SC	0,39	5,85					
ST	0,25	3,75					